

JUVENTUDES E COLETIVIZAÇÃO DAS RELAÇÕES NA TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE¹

Nayara dos Santos Tavares²

Conrado Pável de Oliveira³

Lara Brum de Calais⁴

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo investigar a relação entre a participação social da juventude e o seu potencial de coletivização das relações na transformação política da sociedade. A partir de uma revisão bibliográfica, investigou-se sobre a possibilidade da coletivização das ações políticas ser uma característica relevante para o público jovem na atuação política, superando disposições subjetivas para algo que possa ser objeto da identificação por parte de muitos. Para tanto fora abordado o lugar ocupado pelo público jovem na construção de sua história até o seu reconhecimento enquanto um segmento populacional separado da infância, adolescência e do campo adulto. Visto que os diferentes contextos e realidades sociais no Brasil colaboram para que haja distintas maneiras de ser jovem, ao falar de juventude, devemos considerar sua pluralidade, destacando a ideia de juventudes. Para compreender o segmento jovem como atuante no fazer político, é também necessário ampliar as possibilidades de se fazer política. Considera-se política como o dissenso entre governo e a busca por igualdade, pela qual se defende uma política da diferença, priorizando a ideia de construção coletiva da democracia. Foi possível perceber que a coletivização, como possível característica da atuação política jovem, cria e articula alianças com outros atores sociais para a superação de posições individuais, contribuindo para a possibilidade de transformação social.

Palavras-chave: Psicologia. Política. Participação social. Coletivização. Juventudes.

YOUTHS AND COLLECTIVIZATION OF RELATIONS IN POLITICAL TRANSFORMATION OF SOCIETY

ABSTRACT:

The present article aims to investigate the relationship between the social participation of youth and its potential of collectivizing of the relationships in the political transformation of society. From a bibliographic review, it was investigated about the possibility of the collectivization of political actions be a relevant characteristic to the young public acting politics, overcoming subjective dispositions to something that can be the object of identification for many parts. Therefore is approached the place

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA) na Linha de Pesquisa Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas. Recebido em 01/11/2020 e aprovado, após reformulações, em 01/12/2020.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: nayara_jf12@hotmail.com

³ Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: conradopavel@uniacademia.edu.br

⁴ Pós-Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: laracalais@hotmail.com

occupied for youth public in the construction of their history until the acknowledgement while a population segment, separated from children and the adult field. Whereas different contexts and social realities in Brazil collaborated so there are, distinct manners to be young, when talking about youth we should consider their plurality, highlighting the idea of youths. To comprehend the youth segment as active in doing political, it also is necessary to expand the possibilities of doing politics. It is considered politic as a dissent between government and the search for equality, for which a politic of the difference is defended, prioritizing the idea of the collective construction of democracy. It is evident, then, that the collectivization, as a possible characteristic of youth political activity, creates and articulates alliances with other social actors to overcome individual positions, contributing for the possibility of social transformation.

Keywords: Psychology. Politics. Social Participation. Collectivization. Youth.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi construído com o objetivo de investigar a relação do público jovem com a política em suas formas de atuação e participação social, caracterizada pelo Estatuto da Juventude como a inclusão juvenil nos espaços públicos e comunitários, com direito a voz, voto e envolvimento ativo – individual ou coletivo – nas ações de defesa dos direitos da juventude e políticas públicas voltadas a este segmento (BRASIL, 2013), que, por sua vez, são manifestadas majoritariamente de forma contrária aos modos convencionais do que se pensa sobre participação política. Os diferentes contextos e realidades sociais colaboram para que haja distintas maneiras de ser jovem no Brasil, portanto, ao falar sobre o público jovem, deve-se considerar sua pluralidade, destacando a ideia de juventudes (CALAIS; PERUCCHI, 2018; CASTRO; MATTOS, 2009).

O reconhecimento das juventudes como agentes sociais e políticos passou por um longo processo histórico. Desde uma preparação para a vida adulta, vista como uma “miniatura” do adulto, uma ameaça para si e para a população, o público jovem começa a ganhar contornos e espaço como um possível segmento separado da infância, adolescência e do adulto a partir do século XVIII. O reconhecimento das diferenças biofisiológicas e psicossociais também contribuiu para um olhar diferenciado para esse campo (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

Iniciativas do governo federal, em 2005, como a implementação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude geraram certa visibilidade para discussões amplas acerca da temática, dialogando entre

representantes do governo e sociedade civil para formular e propor diretrizes voltadas para a chamada política de juventude. Com a primeira Conferência Nacional de Juventude, em 2008, alas dos movimentos jovens que tinham vínculos partidários ou sindicais passam a participar também de estruturas estatais que priorizam suas temáticas (GOHN, 2019). Somente em 2013 o Estado brasileiro, através do Estatuto da Juventude, reconhece legalmente a participação social e a política da juventude (BRASIL, 2013), sendo que o reconhecimento de fato ainda é cotidianamente exercitado e, por vezes, silenciado.

Conforme observado por Mayorga (2013), existe uma dualidade de análises nos estudos sobre juventude e participação política, em que esta ora é analisada como distante, indiferente; ora como experiências marcadas por originalidade, por ressignificação da esfera política e das formas de engajamento dos jovens nas questões públicas. De acordo com Mayorga, Castro e Prado (2012), o engajamento jovem na ação política acontece em práticas sociais e culturais em que estes se vêem reconhecidos. Deve-se colocar em questionamento o que se denomina por fazer política, para então, considerar a ação jovem como participação política.

Os movimentos sociais, os coletivos, as mídias sociais, a arte e a cultura representam formas de operar politicamente para além da política convencional. Neste sentido, a mobilização jovem sensibiliza e atrai outros segmentos da população, agregando propósitos e pautas importantes para a sociedade (GOHN, 2019), possibilitando a coletivização das relações e práticas visando uma possível transformação social.

Assim, adotou-se o método de revisão bibliográfica, de cunho narrativo e qualitativo, os quais se constituem em análise e interpretação de literaturas publicadas, afim de investigar, dentro e fora do campo da Psicologia, autores/as que investem estudos na articulação dos temas juventudes e política. Esse método não consiste em sistematização das buscas pelas referências usadas no artigo (ROTHER, 2007), porém, atentou-se ao uso de referências tanto clássicas quanto atuais que contribuíssem para a ampliação de conhecimento acerca das temáticas.

A Psicologia, por um longo período, construiu saberes que universalizaram e naturalizaram formas de ser e viver e contribuiu para a patologização ou o sentimento de incompletude por parte de quem não se encaixava nos moldes criados. Trazer um olhar crítico sobre a construção das juventudes é um desafio necessário para romper

com paradigmas homogêneos e propor caminhos alternativos que enxerguem os processos políticos e sociais do segmento jovem a partir da sua realidade histórico-social (SOUZA, 2017).

Os caminhos percorridos pelo presente artigo organizam-se pautando a possibilidade de coletivização das ações políticas do público jovem ser uma característica relevante do/para o público jovem na atuação política, unindo disposições subjetivas para uma proposição de representação ampla, sendo assim coletivizado (MAYORGA; CASTRO; PRADO; 2012). Portanto, intenta-se visibilizar formas para que a participação juvenil possa ser mediada como ponte e potencial para a transformação política e social.

2 “EU ESTAVA AQUI O TEMPO TODO, SÓ VOCÊ NÃO VIU”⁵

Para compreender o papel da juventude nos diversos cenários políticos brasileiros, é necessário, primeiramente, compreender o lugar da juventude num aspecto amplo da sociedade. Para que o reconhecimento tanto social quanto político da população jovem como uma categoria específica acontecesse, foi preciso percorrer um longo caminho entre indiferenças e legitimações das diferenças entre o jovem e o não-jovem (MAYORGA, 2013).

As políticas acerca da juventude são recentes no Brasil, porém, as discussões sobre o período etário em que esta se encontra (entre 15 e 29 anos) já se faziam presentes nos estudos históricos e sociológicos desde o século XIX. Na realidade, considerando os estudos sobre adolescência de Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silveiras (2010), em que trazem algumas informações acerca da construção da adolescência ao longo da história, identifica-se que ritos de passagem que marcavam um período entre a infância e a fase adulta foram muito comuns em diferentes tempos históricos e em diversas sociedades. Na Grécia Antiga, a puberdade era vista como um período de preparação para os afazeres da vida adulta, em que o caminho do homem era em direção a guerra ou a política e o da mulher, a maternidade. No início do Império Romano, conforme salientam ainda as autoras, não existia maioridade legal e o indivíduo somente era considerado responsável por si até que o pai ou o tutor permitisse. Na Idade Média, as autoras destacam que:

⁵ Trecho da música “Na Sua Estante” da cantora brasileira Pitty.

As crianças e adolescentes eram considerados adultos em miniatura (Garrod, Smulyan, Powers & Kilkenny, 1995), necessitando apenas de crescer em termos quantitativos em todos os aspectos físicos e mentais da espécie humana. Dessa forma, assim que a criança superava o período de alto risco de mortalidade, ela logo era misturada com os adultos e ia aprendendo as tarefas, crenças e valores que seriam solicitados quando se tornassem adultos (Garrod & cols., 1995; Grossman, 1998). (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010, p. 229).

Com influência das novas práticas religiosas ao longo dos séculos XVI e XVII, as quais exigiam devoções mais íntimas e pessoais dos fiéis, viu-se a necessidade de proteger crianças e jovens de acordo com a moral. O colégio, como local de instrução e educação, tornou-se uma instituição essencial da sociedade, onde as práticas escolares se destinavam à faixa etária dos 10 aos 25 anos, sem preocupação em separar a população escolar por faixas etárias (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010; GROSSMAN, 2010).

No Brasil, durante o período colonial, mesmo com o conceito de infância já importado da Europa, as crianças e adolescentes eram tratadas de diferentes formas dependendo da sua cor, etnia e classe. Por ser um período escravocrata, crianças negras já eram consideradas como instrumento de trabalho a partir dos sete anos; mesmo assim, eram desvalorizados pelos senhores de escravos por questões relacionadas a mortalidade infantil (acentuada na época) e por ser mais rentável manter um escravo adulto, por conta da força; essa desvalorização da criança negra fazia com que os senhores de escravos doassem essas crianças para casas de caridade logo ao nascimento. A população indígena era vista como seres não civilizados e, por isso, considerava-se o período da infância como ideal para imposição de cultura e religião pelos jesuítas como preparação para uma vida de trabalho forçado (BULHÕES, 2018). A infância de pessoas brancas se relacionava a sua classe social, onde “as crianças brancas e pobres aguardavam uma vida de trabalho quase escravo; e, as crianças brancas e ricas, geralmente filhos e filhas de senhores de engenho, o incentivo às agressões e a uma vida sexual precoce se fazia presente” (BULHÕES, 2018, p. 66).

A desvalorização da infância ocorrida tanto no período colonial quanto no período imperial foi caracterizada pelo abandono de bebês e crianças rejeitadas (em grande maioria, pobres) em diversos locais, em que estas, quando acolhidas, eram vistas como possível mão-de-obra no futuro. Por conta dessa prática comum, surge,

então, a roda dos expostos, que consistia em locais arquitetados para o abandono de bebês e crianças de forma sigilosa (ANDRADE, 2016; BULHÕES, 2018).

A construção histórica da infância e adolescência brasileira foi marcada por diversas violências relacionadas a trabalho, exploração e negligências de cuidado, as quais traziam prejuízos físicos, mentais e sociais. A preocupação com o destino dessas crianças e adolescentes estavam mais voltadas a correção de comportamentos entendidos como “vícios”, defendendo o discurso de evitar o que se chamava de vagabundagem, mendicância, delinquência e crime (ADORNO, 2010; ANDRADE, 2016; BULHÕES, 2018). Cabe destacar, segundo Andrade (2016), a população negra e mestiça no século XIX representava cerca de 2/3 da população brasileira; conseqüentemente, a maioria das crianças e adolescentes vivendo em risco social e pessoal eram negras.

Na medida em que o sistema capitalista se fortalecia, as desigualdades sociais se acentuavam e produziam um grande número de pessoas residindo nas ruas, incluindo crianças e jovens, as quais ocupavam praças, ruas e avenidas, seja morando, trabalhando ou praticando pequenos delitos (BULHÕES, 2018). O termo “menor abandonado” era utilizado como forma de caracterizar, de modo estigmatizado e preconceituoso, as crianças e jovens pobres, “inscreve-se na ordem jurídica como ser tutelado, reduzido, dependente das iniciativas da sociedade adultocêntrica no campo do pátrio poder, da assistência filantrópica e do controle social, princípio que viria a ser concretizado com a edição do Código de Menores (1927)” (ADORNO, 2010 p. 3).

A partir do século XX, com a adolescência sendo discutida no âmbito científico, cientistas do campo do desenvolvimento tentam explicar como os fatores biológicos, sociais, cognitivos, comportamentais e culturais estão interligados na transição da infância para a vida adulta. Começa-se, portanto, a delinear com clareza uma consciência etária entre o que é jovem e o que é não-jovem (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010).

Na década de 60, a juventude dá um passo maior em direção ao reconhecimento do seu potencial em reivindicar novas formas de viver em sociedade e demonstrar interesse no campo político, como trazem as autoras:

Os anos 60 inauguram um novo estilo de mobilização e contestação social, os quais contribuíram para a percepção da adolescência como uma

subcultura (Garrod & cols., 1995). Os jovens passaram a negar todas as manifestações visíveis dessa sociedade. Esse movimento transformaria a juventude em um grupo, com um novo foco de contestação. Surgiu um termo novo: contracultura. Inicialmente, o fenômeno seria caracterizado por seus sinais mais evidentes: cabelos compridos, roupas coloridas, misticismo, um tipo de música e drogas, significando uma nova maneira de pensar, modos diferentes de se relacionar com o mundo e com as pessoas. De um lado, surgia o “movimento hippie” com sua filosofia; por outro lado, a introdução da política nos movimentos estudantis universitários (Grossman, 1998). (SCHOEN-FERREIRA; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2010, p. 231).

Em diversas localidades do mundo, movimentos reivindicatórios protagonizados pela juventude aparecem de forma significativa, representados, principalmente, por rebeliões estudantis universitárias. No Brasil não foi diferente e a expansão do ensino superior público e da população universitária organizada influenciaram a política nacional em oposição ao Regime Militar, onde as lideranças estudantis se pautavam em ideologias de esquerda. A União Nacional de Estudantes (UNE) – criada em 1937 e importante frente de resistência ao longo da história – teve papel fundamental na oposição durante o Golpe Militar, denunciando as políticas educacionais do governo e exigindo o retorno à democracia. Mesmo sendo tratada como ilegal pelo governo da época, mantinha-se em funcionamento na tentativa de reorganização estudantil, além de ser propulsora de outros protestos antigovernamentais da época, envolvendo não só o público jovem, mas também outros segmentos populacionais (FREIRE, 2008).

A contribuição do movimento estudantil para a redemocratização do Brasil é um exemplo da potência juvenil para a participação política. Mesmo com grande poder de mobilização social, o movimento estudantil sofre uma queda nas mobilizações, nos anos 70, tanto por fatores externos, como cassação de liberdade, quanto por fatores internos, quando as lideranças do movimento priorizavam reivindicações políticas ao invés das demandas educacionais. Ainda que importantes, essa prioridade resultou em um distanciamento do corpo estudantil das manifestações e certo desinteresse por temas mais específicos da política nacional, mas serviu de palco para novas possibilidades de participação social (FREIRE, 2008).

Outra contribuição importante para o reconhecimento da participação social e política de adolescentes e jovens aconteceu na década de 80. O Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua surgiu em 1985 e consiste em uma entidade civil composta por pessoas da área da educação, ativistas e colaborações voluntárias. Seu principal papel foi a ação de transformação de crianças e adolescentes das camadas

populares como os próprios sujeitos da ação política em defesa dos seus direitos de ser, viver e pertencer. Essa organização foi de extrema relevância para as discussões sobre a proteção da infância e juventude e abre espaço para se pensar nesses sujeitos como pertencentes à segmentos sociais específicos (MACÊDO; BRITO, 1998).

Nos anos 90, no Brasil, com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 aprova-se o amplamente conhecido e debatido Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reconhecendo pessoas de 0 a 18 anos como passíveis de proteção integral pelo Estado, sendo dever social e do poder público “assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, Art. 4). A sanção do ECA abre espaço para discussões mais amplas acerca da identificação de problemas sociais cujos impactos são mais visíveis em determinada faixa etária, tais como violência, desemprego, mortalidade, entre outros, identificados mais adiante como problemas que assolam grande parte da juventude negra e periférica (ANDRADE, 2016).

O reconhecimento da juventude como uma categoria social específica, ou seja, separada da categoria criança ou adulto, começou a ter maior visibilidade a partir das iniciativas do governo federal em 2005, com a participação ativa de conselhos e grupos que debatiam as questões da juventude, desdobrando-se na implementação da Secretaria Nacional de Juventude⁶ e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)⁷. Após a primeira Conferência Nacional de Juventude, ocorrida em 2008, alas de movimentos jovens que tinham vínculos sindicais ou partidários começam a ter participação em estruturas estatais temáticas da área (GOHN, 2019). De acordo com Gohn (2019), o tema desta conferência “Levante sua Bandeira” indicava a necessidade de se conhecer a juventude brasileira, quais suas demandas e bandeiras de luta.

Um Projeto de Emenda Constitucional da Juventude (PEC-138/03) foi aprovado em 2010, no qual se incluía jovens de 15 a 29 anos entre as prioridades do Estado em direitos como saúde, alimentação, educação, profissionalização, cultura e lazer

⁶ Atualmente é uma das pastas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

⁷ É composto por 30 conselheiros, sendo 10 representantes do poder público e 20 representantes da sociedade civil até o presente momento.

(GOHN, 2019). Logo a frente houve a criação do Estatuto da Juventude, em 2013, no qual a participação social e política da juventude foram reconhecidas pelo Estado brasileiro (BRASIL, 2013). Levar para as esferas executivas e legislativas pautas importantes como condições de exclusão, impactos das desigualdades no jovem, contextos de violência, saúde, educação, lazer, alimentação, profissionalização, cultura, entre outras, é uma forma de garantir a responsabilidade governamental no que diz respeito sustentação dos direitos e criação de medidas específicas necessárias para as diversas possibilidades de existência desse segmento populacional (GOHN, 2019).

Um dos principais motivos que torna o estudo sobre as juventudes importante no Brasil refere-se ao seu peso numérico, sendo de 51 milhões (até a data de publicação da pesquisa) o contingente de jovens, segundo levantamento feito pelo Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, 2014). Além disso, de acordo com Ipea (2020), a principal causa de morte de jovens no Brasil é o homicídio, sendo 53,3% dos homicídios totais em 2018, atingindo, principalmente, jovens negros do gênero masculino, moradores de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Outro dado relevante se refere ao encarceramento da população jovem do país, a qual representa 55% da população encarcerada, sendo que pessoas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 64% da população carcerária nacional (INFOPEN, 2017). Vale destacar que não é por acaso que os dados apresentados acima tenham relação direta com a população negra. Lemos *et al.* (2017) aponta esses problemas como resultado do estigma e da intolerância da sociedade em relação a juventude negra e periférica que acompanham essa população ao longo da história brasileira. É necessário denunciar a naturalização do extermínio e as violações de direitos sofridas pela população negra e reforçar a importância da criação de políticas públicas para o enfrentamento e superação do racismo no país (LEMOS *et al.*, 2017).

Entender a política como um campo amplo em possibilidades de atuação é o primeiro passo para compreender o engajamento político da juventude na contemporaneidade. Alberto Melucci (1997) aponta que diferentes ondas de mobilização cultural, em diferentes momentos históricos e geográficos, contaram com a juventudes como atores centrais, tanto em formas de ação inteiramente compostas por jovens como em conjunto com outras categorias sociais. O autor destaca alguns exemplos:

Começando pelo movimento estudantil dos anos 60 é possível traçar a participação juvenil em movimentos sociais pelas formas 'sub-culturais' de ação coletiva nos anos 70 como os punks, os movimentos de ocupação de imóveis, os centros sociais juvenis em diferentes países europeus, pelo papel central da juventude nas mobilizações pacifistas e ambientais dos anos 80, pelas ondas curtas mas intensas de mobilização de estudantes secundaristas dos anos 80 e começo dos 90 (na França, Espanha e Itália, por exemplo) e, finalmente, pelas mobilizações cívicas nos anos 90 como o anti-racismo no norte da Europa, França e Alemanha ou o movimento da antimáfia na Itália. (MELUCCI, 1997 p. 12).

Ao se pensar na esfera jovem como atuante no fazer político, em seus estudos, Mayorga (2013) apresenta que a relação entre juventude e política ora é analisada como distante, indiferente e que demonstram certa apatia relacionada às questões da vida comum, ora como experiências marcadas por originalidade, por ressignificação da esfera política e das formas de engajamento dos jovens nas questões públicas. A autora destaca que, quando se associa a participação da juventude no cenário político como indiferente, evidencia-se um desencantamento da juventude frente ao que é convencional da política, ao passo que associar essa participação à ressignificação do engajamento jovem “seria pressuposta uma inovação no campo da política que consideraria o jovem um sujeito político portador do novo” (MAYORGA, 2013, p. 344).

Cabe pontuar que essa dualidade de visões acerca da participação da juventude no campo político também pode estar associada ao que evidenciam Calais e Perucchi (2018):

No entanto, esta noção que inscreve a juventude em um nível positivo e revitalizador está, muitas vezes, condicionada a uma parcela elitizada, ou encontra limitações quando se depara com as complexidades impostas pela situação de pobreza, construindo a ideia de que existiria uma juventude capaz de contribuir para o desenvolvimento social e outra tomada como alvo de controle e cerceamento, por ocupar uma posição marginalizada (CALAIS; PERUCCHI, 2018, p. 115).

Nas pesquisas sobre a participação da juventude nas sociedades contemporâneas, Mayorga (2013) aponta que algumas questões centrais não têm sido consideradas, ou então consideradas de forma secundária, nas reflexões acerca do sujeito jovem como agente político. Não problematizar o histórico de representação juvenil mediado pelo segmento adulto ou por instituições e não ampliar as noções do que seria participação política “acaba não possibilitando identificar algumas especificidades do ativismo juvenil, e, ao final, processos tão distintos são colocados

sob o *guarda-chuva comum da participação política*” (MAYORGA, 2013, p. 344, grifo da autora).

A dificuldade de reconhecimento da juventude tanto como um segmento social quanto atuante politicamente, presente ao longo do seu processo sócio-histórico, reforça a necessidade das discussões voltadas para essa temática em todas as esferas políticas. Isso, no intuito de consolidar a relevância da criação de políticas específicas que compreendam as múltiplas possibilidades de existências de ser jovem. Para tanto, a participação de representantes jovens nessa construção passa a ser peça significativa para o desdobramento de ações aproximadas das realidades das juventudes (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

3 “TUDO O QUE NÓS TEM É NÓS”⁸

O Brasil é um país extenso em suas dimensões territoriais e culturais. Aspectos como economia, gênero, raça, classe, entre outros, estão diretamente relacionados à forma como cada sujeito constrói relações com seus iguais e seus diferentes. Sendo o segmento jovem parte desse mecanismo de construção, cabe destacar que os diferentes contextos e realidades sociais colaboram para que hajam distintas maneiras de ser jovem no Brasil. Apesar das múltiplas possibilidades de vivência juvenil, os diversos estudos que pensavam juventude a partir de um viés universal e a-histórico contribuíram para a naturalização de um tipo específico de jovem, a saber o jovem branco, homem cis, hétero, classe média e morador de centro urbano. Essa concepção de juventude acaba por marginalizar e desqualificar as experiências que se afastem desse modelo naturalizado (MAYORGA; PINTO, 2013).

É necessário compreender as juventudes dentro de uma perspectiva sócio-histórica e reconhecer os diferentes marcadores sociais e suas trajetórias no tempo e no espaço como possíveis propulsores na constituição de subjetividades juvenis. Portanto, ao falar de juventudes, considerando sua pluralidade, contrapõe-se às concepções que normatizam determinadas experiências jovens e consideram outras como anormais ou desviantes (SOUZA, 2017), reconhecendo e legitimando a multiplicidade de enfoques e identidades inerentes a essa etapa da vida (CALAIS; PERUCCHI; 2018; CASTRO; MATTOS, 2009).

⁸ Trecho da música “Principia” do artista brasileiro Emicida.

Ser plural nas formas de ser e existir significa, também, ser plural nas formas de resistir politicamente. Os movimentos sociais, os coletivos, as mídias sociais, a arte e a cultura são formas de resistir e operar politicamente para além da política convencional. O protagonismo jovem nessas práticas vem sendo estudado e discutido por diversas áreas das ciências sociais e políticas. Isso porque, nas últimas décadas, percebe-se que o público jovem não só esteve presente nos diversos movimentos sociais reivindicatórios, como foi o principal propulsor das diversas manifestações, mostrando seu potencial de ação para a transformação do cenário político atual (GOHN, 2019).

Desde os movimentos estudantis da década de 60 (como exemplo, a Passeata dos Cem Mil), às manifestações de protestos iniciadas em 2013, pode-se dizer que a mobilização jovem sensibiliza e atrai outros segmentos da população, agregando propósitos e pautas importantes para a sociedade (GOHN, 2019). A possibilidade de coletivizar pensamentos e ações é uma característica importante a ser observada nas intervenções políticas juvenis. Entende-se coletivizar como ação de produção de um comum, em que este comum significa estar uns com os outros e não uns nos lugares dos outros; não necessariamente remete a identificação e nem justaposição, mas está ligada a uma lógica do limite, isso que pertence a todos e a nenhum (ESCÓSSIA, 2012).

A coletivização como uma possível movimentação política, parte do princípio de horizontalidade e fluidez. Dentro dessa concepção de coletivizar as ações, cria-se uma relação entre o que é individual e o que é coletivo, na qual essa dialética transforma-se em um processo de constituição de um “nós”. Nessa perspectiva, o protagonismo jovem caminha para a articulação e criação de alianças com outros atores sociais e para a superação de posições individuais, visando projetos de transformação social (MAYORGA, 2013).

De acordo com Mayorga, Castro e Prado (2012) esse processo da formação de um “nós” se afirma em torno da delimitação de uma causa que supera as disposições subjetivas individuais para o que pode ser objeto da identificação por parte de muitos, por conter algo passível de ser coletivizado. Por meio da participação, é possível inscrever os sujeitos jovens em um lugar social de identificação, uma “identidade juvenil”, potencializando uma noção de pertencimento e fomentando o sentimento de sujeito político.

A descrença no sistema político vigente vem sendo percebida ao longo da história do Brasil. Os escândalos políticos e financeiros recorrentes contribuem para uma falta de confiança naqueles que deveriam representar a população. É possível, então associar a perda de credibilidade desse sistema político às rupturas de possíveis laços entre o público jovem e o mundo político (MÜXEL,1997).

A dificuldade de diálogo das autoridades governamentais no Brasil para com o segmento jovem acontece, principalmente, porque estas optaram pelas formas institucionais e organizadas burocraticamente da participação civil. Essas estruturas mais institucionalizadas enxergam a cidadania como uma vida política atrelada ao Estado. Ainda que haja representantes jovens dentro dessas estruturas (como sindicatos, organizações partidárias, etc., as quais preservam a ideia de um líder representante), a descrença por essa intermediação faz com que a maioria do público jovem atuante no cenário político opte por sistemas mais autônomos, cuja ideia de cidadania parte de uma visão horizontal e de ação direta da população (GOHN, 2019).

Pode-se dizer que a participação juvenil na política surge em espaços que os próprios sujeitos jovens constroem mais do que nos espaços já instituídos. Sendo assim, o que se deve colocar em questionamento não é se o sujeito jovem quer ou não fazer política, mas o que se denomina por fazer política. O que pode mover os sujeitos para a ação política são as práticas sociais e culturais, em que os sujeitos se constituem e se veem reconhecidos (MAYORGA, CASTRO, PRADO, 2012).

Novas formas de sociabilidade surgiram com o desenvolvimento e consumo das novas tecnologias, em especial a Internet e aparelhos móveis, os quais possuem grande potencial de mobilização da sociedade. É importante destacar o alargamento da esfera pública por meio do incremento tecnológico e, especialmente, das mídias sociais e seu poder de, além da mobilização, impactar no caráter da ação coletiva, principalmente no meio urbano (GOHN, 2019). Portanto, a Internet e os veículos de informações digitais são espaços também utilizados pelo público jovem para formação de opinião pública e possível veículo de coletivização.

Além da Internet, os coletivos, enquanto movimentos de articulação social, também são espaços significativamente utilizados pelos segmentos jovens como meio de coletivização na atualidade. Eles não só são diferentes dos meios hegemônicos do fazer político, como são diferentes entre si. Ou seja, são múltiplos em campos de atuação, temáticas, pautas, duração no tempo histórico, número de participantes,

formas de funcionamento/operacionalização, relação com órgãos ou políticas institucionais, relação com pautas transnacionais, etc. e suas experiências podem ser pontuais ou mais permanentes; fragmentadas ou mais articuladas (GOHN, 2019).

As formas de participação da juventude constroem novos espaços de visibilidade e coletivização de práticas. De acordo com Mayorga, Castro e Prado (2012), novas formas de aparição e outros espaços públicos vão se desenhando na medida em que o sujeito coletivo, no caso o público jovem, se faz visível. Esse processo, o qual trata-se de uma subjetivação, gera rupturas e favorece a aparição de um sujeito de fala no curso da ação coletiva.

4 “A GENTE QUER COMIDA, DIVERSÃO E ARTE”⁹

A construção histórica da política no Brasil é fortemente marcada por aspectos de desigualdade social, que se manifestam desde o período de escravidão e se consolidam até os dias atuais. As instituições brasileiras foram estruturadas a partir de um projeto político de desigualdade social, em que se tinham grandes concentrações de riquezas nas mãos de poucos e uma massa de pobres e trabalhadores urbanos presentes ao longo do século XX. Na atualidade, a população brasileira tem a confiança nas suas instituições fragilizadas, principalmente no tocante à esfera político-partidária. Contudo, de maneira geral, ainda tem na democracia – apesar de suas formas atuais que reproduzem práticas individualizantes pela lógica neoliberal (ROLNIK, 2007) – a forma possível de governo (BAQUERO; RANINCHESKI; CASTRO, 2018).

De acordo com Baquero, Ranincheski e Castro (2018), os embates entre os grupos sociais desfavorecidos, que pressionavam as instituições para se formar uma sociedade mais justa, e o desenvolvimento econômico nacional associado internacionalmente com a forte participação e intervenção do Estado são características que acompanham a história da construção política e econômica do país. Sendo essa construção marcada por autoritarismos, golpes e proibições de circulação de ideias progressistas.

Diante das configurações das instituições políticas, os movimentos políticos exprimem uma certa resistência enquanto recusa, uma ruptura radical com as regras

⁹ Trecho da música “Comida” da banda brasileira Titãs.

da representação (LAZZARATO, 2006). Segundo Mendonça e Vieira Junior (2014), as instituições políticas ocidentais têm sido constantemente criticadas por representarem os interesses privados das grandes corporações e pelos políticos distantes de suas bases eleitorais. O modelo político econômico vigente no Ocidente atualmente é o democrático-liberal capitalista, o qual se mantém por distintos motivos de reprodução e massificação do capitalismo, além da fragilidade de projetos políticos e econômicos contra-hegemônico capazes de antagonizar o discurso vigente.

De acordo com as ideias de Mouffe (2003, p. 11), os antagonismos vão existir na constituição política e, seria "um equívoco acreditar que uma 'boa sociedade' é aquela na qual os antagonismos foram erradicados". Para a autora, haveria um modelo agonístico de democracia como uma alternativa ao plano racionalista, que tem como foco o consenso. O modelo agonístico assume o caráter necessário do antagonismo, compreendendo as relações de poder e a pluralidade de posições entremeadas nas relações.

Contudo, em contraposição ao antagonismo, constrói-se uma espécie de conformismo político, aliado ao discurso liberal que defende uma lógica de individualismo extremo e enfraquece as pautas coletivas. Essa lógica, além de defender que não há outra forma possível de civilização, prega que, por mais que existam desníveis no capitalismo global, a proposta seria de somente correções a eles e não um novo projeto de sociedade. Vale destacar que a ausência de um projeto alternativo não significa ausência de oposição (MENDONÇA; VIEIRA JUNIOR, 2014).

Jacques Rancière (2003), sob o olhar de Maurizio Lazzarato (2006), propõe uma democracia do dissenso como possibilidade de resistir, criar e lutar. O autor entende política como o encontro antagonico entre o governo (ou também chamado de polícia, segundo o autor) e o processo igualitário ou de emancipação. É a partir desse encontro que as lógicas universalizadas são desestabilizadas pela existência de singularidades (MENDONÇA; VIEIRA JUNIOR, 2014).

O lugar da democracia, enquanto princípio, é o de lutar pela inclusão de diferenças que são excluídas por regimes universalizantes e essa inclusão depende da luta política (MENDONÇA, VIEIRA JUNIOR, 2014). Para a constituição de um sujeito político é necessário escapar da lógica ocidental de um mundo "comum e partilhado" e partir pra uma lógica de proliferação de mundos possíveis (LAZZARATO, 2006).

Como dito anteriormente, a política se faz no embate entre o governo e a busca por emancipação. Essa emancipação, segundo Lazzarato (2006) é um processo de subjetivação, ao mesmo passo, uma afirmação da diferença e composição de um comum não totalizável, representada, por exemplo, pelas singularidades individuais e coletivas. Para ser, de fato, emancipatória, a reivindicação de igualdade deve ser atrelada a uma política da diferença, relacionada a efetuação de multiplicidade dos mundos, das subjetividades (LAZARATO, 2006).

Nesse cenário, há que se questionar então: o que a juventude tem a ver com isso? O ato de coletivizar, trabalhado na sessão anterior como uma espécie de característica da participação jovem no cenário político, exemplifica a constituição de um mundo comum e impessoal, potencializado pelas conexões feitas com o que não é representável em totalidade (ESCÓSSIA, 2012). Sendo assim, a coletivização das relações construídas a partir da atuação política juvenil favorece um ambiente de transformação social que enxerga a política como espaço heterogêneo.

De acordo com Maheirie, Castro e Prado (2012), ancorados nas contribuições de Rancière de que política é uma perturbação na ordem da polícia (especialmente – mas não somente – das estruturas governamentais), gerador de fissuras na ordem do sensível, esta assume um papel estético, o qual tem constituído a ação política juvenil nas esferas coletivas. A ação política, então, está ligada a uma potência transformadora de reconfiguração do mundo sensível sobre relações existentes em determinada comunidade (MAHEIRIE *et al.*, 2012).

As experiências estéticas têm uma configuração específica de apropriação e de desconstrução dos sentidos, fundamentados na afetividade, capazes de significar e ressignificar acontecimentos. Sendo assim, os autores destacam:

Podemos pensar, então, que uma das formas que convoca um jovem a se engajar politicamente é na maneira como ele é afetado pelas diferentes cenas e situações que vivencia ao longo de sua vida em contextos coletivos, mas que o afetam também nos âmbitos privado e público (MAHEIRIE *et al.*, 2012, p. 150).

Portanto, pode se considerar a cultura como exemplo de participação política juvenil, atrelada a ideia de criação de fissuras por meio do sensível. Os dispositivos culturais, além de elementos importantes na construção de laços entre o sujeito jovem e a sociedade, é também uma forma de participação política juvenil, pela qual se

expressam modos de resistência e reversão dos modos hegemônicos de ser, agir e participar (MAYORGA; CASTRO; PRADO, 2012).

Pode-se exemplificar a cultura como resistência e participação política a partir da cultura *hip hop*, que através das expressões corporais e exposições artísticas, denunciam, principalmente, as problemáticas sociais que marginalizam a população negra e periférica, como as desigualdades no acesso a serviços, bens, cultura e mobilidade urbana, além das questões que envolvem a violência policial, o racismo, o genocídio, entre outros (LOURENÇO, 2010; SOUZA, 2017).

É importante destacar que a política, em todas as suas possibilidades de existência, e a coletivização não acontecem somente em grandes mobilizações, envolvendo públicos numerosos. Pensando na noção de micropolítica, trazida por Deleuze e Guatarri (1996) como a possibilidade de fazer política através da percepção, da afecção, da conversa, etc., pequenas movimentações são capazes de romper com uma noção hegemônica, tanto a nível individual quanto a níveis maiores. Portanto, para compreender a participação política da juventude, seu potencial de transformação política e de coletivização das relações, é necessário fugir das lógicas unívocas de participação e ampliar as concepções de política, sociedade e democracia para, assim, legitimar o sujeito jovem como ator político e promotor de transformação social (MAYORGA, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foi proposto um estudo, a partir de uma revisão bibliográfica, sobre a participação juvenil no cenário político como uma possibilidade de transformação social, entendendo a política como um campo amplo de atuação. Diante das multiplicidades de existência das juventudes e seus atravessamentos enquanto um segmento significativamente atingido pelas diversas problemáticas do país como desigualdade social, saúde, educação, violência e exclusão, é de suma relevância direcionar uma atenção sistematizada para essa parcela da população, incluindo pesquisas, estudos e ações que proponham a participação dos diferentes públicos jovens e contribuam para a criação de políticas públicas que se aproximem das multiplicidades de existência desse segmento.

Evidenciou-se que a participação jovem como agente político é percebida na medida em que estes investem em diferentes estratégias de enfrentamento a um

sistema político-econômico neoliberal, que atende aos interesses privados de grandes corporações e negligencia a participação social nas decisões políticas voltadas para a população. Com isso, apostam nos movimentos sociais, nos coletivos, na cultura e nas diferentes mobilizações como possibilidades de resistir e lutar por um sistema com maior representação social, cuja ideia de cidadania se relacione com uma visão horizontal e de ação direta da população.

Sendo a coletivização das relações uma característica consequencial da ação política jovem, podendo acontecer tanto no nível macro quanto no nível micro, suas amplas reivindicações e pautas defendidas atraem outros segmentos populacionais para agregar propósitos e, assim, impulsionar as ideias de emancipação e transformação social. A busca por emancipação é, também, uma afirmação da necessidade de lutar por uma sociedade comum não totalizável, representadas por singularidades individuais e coletivas, refutando regimes universalizantes e criando espaços de inclusão das diferenças.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n. 2, p. 01-11, 2010. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/217>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ANDRADE, Fabio Santos de. História social da criança e do adolescente em situação de risco no Brasil a partir dos marcos legais e do cotidiano. **Educa Rev. Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 3, n. 5, p. 44-62, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/1600/1576>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sônia; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 87-106, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/81460>>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Estatuto da Juventude (2013). **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, 2013. 103 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 29 out. 2020.

BULHÕES, Jose Ricardo de Souza Rebouças. Construções históricas de crianças e adolescentes: marcos legais no Brasil. **Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Bahia, v. 20, n. 1, p. 63-76, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34552/19956>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

CALAIS, Lara; PERUCCHI, Juliana. Entre o protagonismo juvenil e a tutela da Juventude: possibilidades da participação e Subjetivação política. In: GOBO, J. (Org). **A psicologia frente ao contexto contemporâneo**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/a-psicologia-frente-ao-contexto-contemporaneo>>. Acesso em: 30 out. 2020.

CASTRO, Lucia Rabello de; MATTOS, Amana Rocha. O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a ação política a partir da juventude. **Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, Lisboa, v. 44, n. 193, p. 793-823, 2009. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1260461328M1jFM7cp0EI76KE1.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Micropolítica e segmentaridade. Tradução Suely Rolnik. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: 34, 1996, v. 3. p. 76-106. Disponível em: <<https://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-guattari-mil-platos-vol3.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

ESCÓSSIA, Líliliana da. Coletivizar. In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 51-54. Disponível em: <https://vocabpol.cristinaribas.org/wp-content/uploads/2016/08/Pesquisar-na-Diferenca_Um-abeceda%CC%81rio.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento Estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Colombia, v. 11, p. 131-146, 2008. Disponível em: <https://revistas.uptc.edu.co/index.php/historia_educacion_latinamerican/article/download/1502/1498>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GROSSMAN, Eloisa. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. **Adolescência & Saúde**, v. 7, n. 3, p. 47-51. jul. 2010. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v7n3a07.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: atualização – junho de 2016. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

IPEA. Ministério da Economia. **Atlas da violência**. Brasília: IPEA, 2020. 96 p. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

LAZZARATO, Maurizio. Resistência e criação nos movimentos pós-socialistas. In: _____. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 201-263. Disponível em: <https://www.academia.edu/7300269/68032037_LAZZARATO_Maurizio_As_revolucoes_do_capitalismo>. Acesso em: 29 out. 2020.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira *et al.* O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 12 n. 1, p. 164-176, jan-abr 2017. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/1912/1285>. Acesso em: 19 nov. 2020.

LOURENÇO, Mariane Lemos. Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 19, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2010000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MACÊDO, Maria Joacineide de; BRITO, Suerde Miranda de Oliveira. A luta pela cidadania dos meninos do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma ideologia reconstrutora. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 511-522, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MAHEIRIE, Kátia *et al.* Coletivos e relações estéticas: alguns apontamentos acerca da participação política. In: MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo. (Org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 143-168.

MAYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Maximo. (Org.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. 276 p.

MAYORGA, Cláudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. **Estud. psicol.**, Natal, v. 18, n. 2, p. 343-350, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a21.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

MAYORGA, Claudia; PINTO, Geíse Pinheiro. Juventudes: a Pluralização da Experiência ou a Invisibilidade das Relações de Poder. In: MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues; ARAÚJO, Tatiana Cristina dos Santos de. (Org.). **JUBRA: territórios interculturais de juventude**. Recife: UFPE, 2013. p. 101-114.

Disponível em: <<https://docplayer.com.br/56534522-Jubra-territorios-interculturais-de-juventude.html>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes. (Org.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-14, set./out./nov./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/03/didatica-revista-brasileira-de-educacao-ed-5-e-6.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

MENDONÇA, Daniel de; VIEIRA JUNIOR, Roberto. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 13, p. 107-136, abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2020.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, v. 2, n. 3, p.11-26, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015>>. Acesso em: 30 out. 2020.

MÜXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. In: PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes. (Org.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 151-166, set./out./nov./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/03/didatica-revista-brasileira-de-educacao-ed-5-e-6.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

ROLNIK, Suely. Geopolítica da cafetinagem. In: DA SILVA, Ana Carla Souza Silveira da Silva *et al.* (Org.). Direitos Humanos? O que temos haver com isso? Rio de Janeiro: **Conselho Regional de Psicologia– RJ**, p. 103-118, 2007. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/direitoshumanos.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2020.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3070/307026613004.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 227-234, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2020.

SOUZA, Maira Ribeiro de. **Entre o governo e a resistência**: uma análise do discurso do protagonismo juvenil. 2017. 325 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5367/1/mariaribeirodesouza.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

UNFPA. **O poder de 1,8 bilhão:** adolescentes, jovens e a transformação do futuro. Situação da população mundial 2014. UNFPA, Brasília, 2014. 126 p. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2014.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.